

Emendas à MP já são mais de 50

BRASÍLIA

— O PDT e o PT deram a largada nas contestações judiciais da Medida Pro-



visória (MP) da Desindexação da economia. O PDT pediu ontem, ao Supremo Tribunal Federal, a decretação da inconstitucionalidade dos artigos 11 e 13 da MP 1.053, que obrigam patrões e empregados a recorrerem a um mediador antes de apelar à Justiça do Trabalho e limitam os aumentos salariais a título de produtividade — permitindo aumentos apenas com base em índices apurados pela empresa. Até agora, já foram apresentadas 50 emendas à MP.

De acordo com a ação do PDT, o artigo 11 cria um obstáculo ao livre acesso à Justiça, garantido pelo artigo 5º da Constituição. A Constituição garante o ajuizamento de dissídio coletivo, independentemente de negociação prévia, o que torna inconstitucional a exigência do mediador. E em seu artigo 7º, a Constituição assegura o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho sem restrição. Este reconhecimento estaria sendo desrespeitado pelo artigo 13 da MP, ao restringir a abrangência dos dissídios ou acordos.

Hoje, o PT apresenta mais quatro ações contra a MP. Além de questionar os mesmos artigos 11 e 13, o PT pede ao Supremo para declarar inconstitucional o artigo

7º, que extingue, a partir de 1º de janeiro de 1996, as unidades de conta criadas para indexar impostos e taxas estaduais, municipais e do Distrito Federal. O PT entende que, de acordo com o artigo 18 da Constituição, essas unidades são decorrentes da autonomia estadual e municipal para criar ou extinguir seus próprios impostos.

O PT também considera inconstitucional a revogação, pela MP, do parágrafo 1º e 2º do artigo 1º da Lei 8.542 — lei da política salarial de 1992. Esta lei define que as cláusulas dos acordos coletivos integram os contratos individuais de trabalho e só poderão ser revogadas por outro acordo coletivo de trabalho. Segundo o PT, a MP desrespeita o princípio do direito adquirido, previsto no artigo 5º.

A comissão mista que dará parecer sobre a MP 1.053 será instalada só em agosto, após o recesso parlamentar. O líder do PT na Câmara, Jaques Wagner (BA), pediu ontem ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que fizesse uma convocação extraordinária do Congresso para votar a MP da desindexação mas Sarney recusou o pedido.

Deputados e senadores têm até sexta-feira para apresentar emendas à MP. O relator Coutinho Jorge (PMDB-PA) disse que fará este mês um relatório preliminar. Com base numa "avaliação política", Coutinho proporá ao Executivo alterações na reedição da MP.